

Gasto público atinge "nível de compressão perigoso", afirma secretária do Tesouro

Por Estevão Taiar | De São Paulo

O contingenciamento de despesas promovido pelo governo federal neste ano, atualmente em R\$ 32 bilhões, levou os gastos públicos para patamares preocupantes, segundo a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi.

"Chegamos a um nível de compressão [de despesas] perigoso", disse ontem em palestra no Insper.

Ao longo do ano, o contingenciamento atingiu R\$ 45 bilhões, mas diminuiu depois que o governo mudou a meta de resultado primário de déficit de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

No segundo semestre, alguns serviços públicos foram suspensos ou não conseguiram atender a demanda da população, em função do corte de despesas discricionárias (não obrigatórias). Houve problemas em agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e na emissão de carteiras de trabalho. A emissão de passaportes, por sua vez, chegou a ser suspensa. Já os investimentos públicos podem terminar 2017 no menor patamar como proporção das

despesas primárias em pelo menos uma década.

Por isso, Ana Paula defendeu a reforma da Previdência e o corte de outras despesas não discricionárias como maneira de evitar situações semelhantes nos próximos anos. "Temos que passar a limpo gastos obrigatórios, como estrutura de carreiras, subsídios e programas sociais", disse. Para ela, é importante analisar se os programas sociais cumprem seus objetivos, como tirar famílias da pobreza.

Durante a palestra, a secretária também afirmou que a queda da inflação causará até o fim deste ano uma perda de R\$ 30 bilhões no Orçamento do governo federal. Ela disse que uma alta menor dos preços "é boa para a sociedade", mas admitiu que "inflação ajuda a fechar as contas".

Isso acontece em função da indexação das despesas à inflação passada, mais alta, e à indexação das receitas à inflação atual, mais baixa. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou o ano passado em 6,29%. Neste ano, a estimativa do boletim Focus aponta para alta de 3%.

ENTREVISTA / Rubens Ricupero

‘Desperdiçou-se a oportunidade’

Embaixador defende reformas política, previdenciária e tributária para que crescimento do país se torne sustentável

LUCIANNE CARNEIRO

Ex-ministro da Fazenda, o embaixador Rubens Ricupero acredita que o Brasil tem hoje duas imagens no exterior: uma mais positiva, ligada à recuperação da economia, e outra negativa pela corrupção e criminalidade. A despeito do maior dinamismo econômico, ele não vê sustentabilidade do crescimento se não avançarem reformas. Hoje, lança seu livro “A diplomacia na construção do Brasil”, com um debate na Academia Brasileira de Letras (ABL), às 10h, promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Qual é hoje a imagem do Brasil lá fora?

Os empresários e as pessoas ligadas ao mercado financeiro de outros países estão informados de que a economia começa a se recuperar e sair da recessão, tornando-se um destino atrativo. Esse lado é positivo. Mas, para o público em geral, o Brasil tem uma imagem negativa. Para eles, conta mais a corrupção, o aumento da criminalidade e a incapacidade de o sistema político adotar as reformas

necessárias. E não se pode dizer que a imagem não corresponda à realidade. A única solução seria o país mudar, aprovar as reformas políticas, o que não ocorreu agora. Desperdiçou-se a oportunidade.

A recuperação da economia que se vê é sustentável?

Sem outras reformas, o crescimento não será sustentável. Pode até animar por dois anos, mas é a história do voo da galinha. Um presidente que se eleja em 2018, mesmo bom, terá dificuldade de fazer algo com as atuais regras. Penso que os mercados, tanto no Brasil quanto lá fora, apostam que as coisas vão melhorar, que haverá um presidente que vai fazer a reforma da Previdência... Mas isso é puramente sonho. Se, no ano que vem, começa a pintar que um sujeito complicado vai ganhar a eleição, tudo vem abaixo: câmbio, ações... Como em 2002.

Quais reformas vê como importantes além da política?

A reforma da Previdência é um caso óbvio. O abono salarial tem pesado muito no Orçamento, a questão de usar o salário mínimo como padrão para os benefícios de prestação continuada também. Tudo isso tem que ser revisto. (...) A reforma tributária também é importante: é preciso ter faixas mais

altas de tributação para quem ganha mais, e defendo o fim da isenção do Imposto de Renda sobre os dividendos.

O senhor disse que se desperdiçou a oportunidade da reforma política...

Pouco foi feito, e o que eu lamento é que, naquilo que poderíamos compensar um pouco, como no meio ambiente e nos direitos sociais, a situação está se agravando. Não é um caso isolado, é um padrão, com uma série de medidas — quase todas com origem no setor mais retrógrado da bancada ruralista, que, por seu peso e pela fragilidade do governo, consegue concessões. O projeto de licenciamento ambiental, da forma como saiu da Presidência, liquida o licenciamento como o conhecemos. É o caso das reservas indígenas, que foram paralisadas pelo Ministério da Justiça; é o caso dos quilombos; agora é o caso do trabalho escravo... Antes, uma comissão da Câmara aprovou um projeto que permite deduzir do salário do trabalhador rural sua alimentação. Isso tudo é grave. No caso da política, as reformas não são feitas. Nesse caso, estamos retrocedendo em avanços que tínhamos feito. Tudo era um avanço social, que começamos a perder. Lembra muito o governo (Donald) Trump.





Como avalia o grau de corrupção?

Não acredito que países do tamanho do Brasil e com grau de participação do governo na economia, como China, Rússia, Índia, África do Sul e Paquistão, entre outros, sejam muito melhores que o Brasil em corrupção. Mas nenhum deles tem a combinação que permitiu o aparecimento da Lava-Jato, que é uma imprensa moderna com um setor do Judiciário que teve coragem de levar isso adiante. Isso é uma questão de geração. Os que são de confiança (na Justiça) são os de 30, 40 anos. A geração mais antiga ficou constrangida em seguir esse movimento. (...) Daqui a cinco anos, teremos a comemoração do bicentenário da Independência. No centenário, o ano começou com a Semana de Arte Moderna, teve a

fundação do Partido Comunista do Brasil, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e a criação do Imposto de Renda. Todos dizem que o Brasil carece de um projeto de nação, e é verdade. Mas um projeto precisa ter metas e prazos. O Brasil poderia adotar um projeto de chegar a setembro de 2022 melhor do que está hoje e, para isso, aprovar uma série de metas, como a ONU fez nas áreas de política, economia, meio ambiente e direitos sociais.

Qual é a principal ideia do livro?

Procurei mostrar nesse livro que a política externa, política interna e economia é tudo a mesma coisa. A divisão é apenas por efeito didático. Enquanto o Brasil não melhorar, a diplomacia não vai poder retomar sua trajetória positiva.

Armadilha previdenciária

Passará por escolha pragmática, a esta altura, a votação de uma reforma da Previdência mais modesta, reduzida a dispositivos essenciais. De fato, dado o enfraquecimento político do governo Michel Temer (PMDB), qualquer avanço adicional para o ajuste orçamentário parece digno de comemoração.

Conforme se noticia, o Executivo decidiu aceitar uma revisão da proposta de emenda constitucional já aprovada por comissão especial da Câmara dos Deputados, de modo a permitir que se promulgue um texto até o fim deste ano.

Depois disso, como se sabe, parlamentares, ministros e outras autoridades estarão com as atenções voltadas às disputas eleitorais.

A versão menos ambiciosa da reforma estabelecerá apenas a idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens e 62 para mulheres), com regra de transição para quem já está na ativa, e a elevação do tempo exigido de contribuição, de 15 para 25 anos.

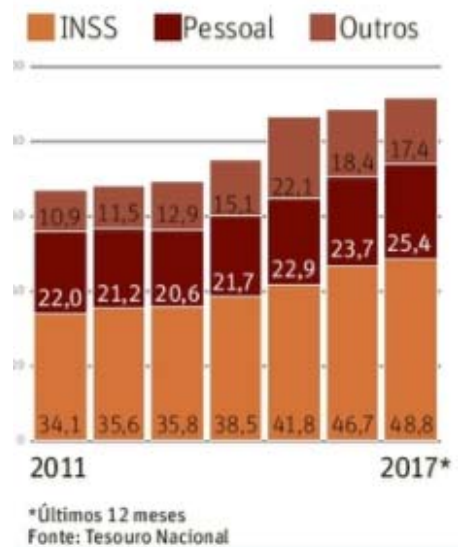
Ficam de fora, nessa hipótese, a mudança no cálculo dos benefícios e regras para limitar o gasto recorde do país com pensões por morte, entre outras providências.

Tudo considerado, não seria progresso desprezível, ainda mais se comparado à indolência com que Executivo e Congresso conduziram o tema nos últimos anos. Trata-se de muito pouco, entretanto, diante do quadro financeiro trágico que o próximo presidente herdará.

Com o impulso da Previdência, as despesas obrigatórias — como aposentadorias, salários e benefícios assistenciais — caminham para consumir todo o Orçamento federal dentro de poucos anos.

Salvo surto improvável de expansão da economia e da receita, capaz de permitir o abrandamento do ajuste fiscal, os políticos disputarão em 2018 um governo sujeito ao risco de não poder pagar contas básicas de custeio, que dirá investimentos. Difícil chamar de pragmático quem prepara tal armadilha para si próprio e o país.

GASTOS OBRIGATÓRIOS Federais, em % da receita



Brasil tem severa limitação orçamentária

DA REUTERS
DE BRASÍLIA

Os elevados níveis de despesas obrigatórias na América Latina testarão a capacidade dos governos de reduzir seus deficit fiscais, já que a região lida com persistentes pressões fiscais que podem minar a qualidade de crédito soberano, informou a Moody's nesta quinta (19).

A agência de classificação de risco informou ainda que o Brasil enfrenta “severas li-

mitações” em suas contas públicas e que, com base em avaliação das despesas de 16 países da região entre 2010 e 2016, o Equador e o Panamá são os que têm mais amplitude para ajustar as despesas.

“O nível de flexibilidade orçamentária afeta a capacidade de ajuste dos governos se, e quando, necessário”, disse o analista Michael Brown.

O Brasil está na ponta mais apertada do espectro de flexibilidade orçamentária, com o índice de despesas orça-

mentárias mais elevado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a maior fatia de gastos mandatórios e o maior custo de serviço da dívida.

ARRECADAÇÃO

O governo federal arrecadou R\$ 105,5 bilhões em setembro —aumento de 8,6% ante o mesmo período de 2016. Os resultados positivos pelo segundo mês seguido são interpretados pelo governo como recuperação das receitas públicas, na esteira da





retomada econômica.

Foram arrecadados R\$ 3,4 bilhões no mês com o Refis, programa de parcelamento de dívidas com o fisco, cujo prazo de adesão segue aberto até 31 de outubro. No ano, o total é de R\$ 10,9 bilhões.

De janeiro a setembro, a arrecadação somou R\$ 968 bilhões, alta de 2,4% ante o mesmo período de 2016.

O resultado positivo foi influenciado pelo recolhimento de PIS/Cofins, que aumentou 10,54% no mês.

Empréstimo para o Rio com aval do Tesouro depende de portarias

Fabício de Castro
Eduardo Rodrigues /
BRASÍLIA

O processo para que o Estado do Rio de Janeiro consiga obter um empréstimo com aval do Tesouro Nacional avançou ontem com duas medidas aprovadas pelo governo, mas ainda depende de duas portarias do Ministério da Fazenda para se concretizar. A expectativa da Pasta é de que todas as regulamentações necessárias para a operação sejam publicadas até a próxima semana. O Rio é o único Estado que aderiu até o momento ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que suspende por três anos o pagamento de dívidas com a União em troca de uma série de contrapartidas de arrocho fiscal. Originalmente, o governo fluminense também esperava obter junto a algum banco um empréstimo de até R\$ 3,5 bilhões com o aval do Tesouro, mas, um mês e meio após a adesão ao regime, o financiamento ainda não foi liberado devido à falta de regulamentação.

O Estadão/ Broadcast já havia mostrado essa semana que a demora estaria irritando o

presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ontem, o Conselho Monetário Nacional (órgão que reúne os ministros da Fazenda, do Planejamento e o presidente do Banco Central) definiu os procedimentos para que as instituições financeiras contratem empréstimos no âmbito do RRF em até R\$ 2,9 bilhões em 2017. Também aprovou uma resolução que exclui os empréstimos com garantia da União dos limites de exposição por cliente que devem ser respeitados pelos bancos. A subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais do Tesouro, Pricilla Santana, explicou que ainda há um conjunto de providências a serem endereçadas para que o Rio possa acessar o crédito. “Faltam duas portarias, a serem publicadas na próxima semana, para Rio pegar o empréstimo”, afirmou. A primeira busca dar agilidade ao processo e a segunda diz respeito à privatização da Cedae que entrará como garantia ao financiamento. Pricilla explicou que, se o empréstimo do Rio for realizado com um banco público, os recursos não poderão ser usados para o pagamento do funcionalismo como determinou o STF.

Menos 4.292 servidores no Executivo

O número de servidores do Executivo caiu 4.292 entre janeiro e setembro deste ano. De acordo com levantamento feito pelo Ministério do Planejamento, no período, ingressaram no serviço público 14.934 pessoas enquanto que o número de aposentadorias atingiu 19.226 servidores. Para o secretário de Gestão de Pessoas da pasta, Augusto Chiba, a redução mostra esforço do governo em modernizar a gestão com o uso intensivo de tecnologia, além do controle de despesas de pessoal. Os dados foram extraídos do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), que são atualizados mensalmente. Segundo as informações de setembro de 2017, trabalham no Executivo Federal 634.904 pessoas, com uma despesa total de R\$ 7,9 bilhões. Estes números englobam os servidores civis ativos.

ENXUGAMENTO DA MÁQUINA

Cai número de servidores

Movimento antecipa saídas por conta do programa de demissão voluntária

O número de servidores do Executivo caiu 4.292 entre janeiro e setembro deste ano. Levantamento do Ministério do Planejamento mostrou essa redução na quantidade de servidores na comparação entre os ingressos por concurso público e as aposentadorias no serviço público em 2017.

A redução ainda não tem relação com a abertura de programa de demissão voluntária do governo federal. Calcula-se que esse programa terá baixa adesão, pois, segundo os sindicatos dos servidores, o incentivo financeiro é pequeno em relação à estabilidade na carreira.

Entre janeiro e setembro de 2017, ingressaram no serviço público 14.934 pessoas. Nesse mesmo período, se aposentaram 19.226 servidores. A redução acontece num momento em que o governo lança medidas de reforma nas carreiras

do funcionalismo e contenção de despesas com os diversos auxílios que hoje são concedidos aos servidores, além da implantação efetiva do teto salarial no serviço público. Parte das medidas, no entanto, ainda não foi enviada ao Congresso.

Em audiência no Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, alertou que é necessário elevar a produtividade dos servidores diante do uso de tecnologias mais modernas.

Dyogo defendeu o PDV. "Se 1% dos funcionários públicos aderir, o que é uma quantidade baixa, se são 6.000 pessoas, nós economizaremos R\$ 1 bilhão por ano, o que é muito dinheiro. Só isso já justifica. É melhor você oferecer um incentivo para ele sair e abrir a vaga para outra pessoa", avaliou.

Para o secretário de Gestão de



TEMOS BUSCADO MAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, QUE SÃO ÚTEIS. MUITAS VEZES O SERVIDOR FICA NO CARGO POR CONTA DE SALÁRIO, MAS FICA DESCENTE.

DYOGO OLIVEIRA, ministro do Planejamento

Pessoas do Ministério do Planejamento, Augusto Chiba, a redução mostrará esforço do governo em modernizar a gestão com o uso intensivo de tecnologia, além do controle de despesas de pessoal", afirma.

Os dados foram extraídos do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), que são atualizados mensalmente pelo Planejamento. Segundo as informações de setembro de 2017, trabalham no Executivo Federal 634.904 pessoas, com uma despesa total de R\$ 7,9 bilhões. Estes números englobam os servidores civis ativos.

Segundo o Planejamento, o PEP foi lançado em junho com o objetivo de ampliar a transparência ativa e simplificar o acesso às informações estatísticas de pessoas do governo federal. O sistema concentra informações sobre despesas, servidores, remuneração, concursos, cargos e funções e aposentadorias.